



"Justiça para Tod@s" é um programa de promoção dos valores democráticos colocando a Educação para a Justiça e o Direito (em especial os Direitos Humanos) como ferramenta cívica fundamental num Estado de Direito.

É uma iniciativa do IPAV com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian e tem o apoio,

entre outros, da Direção Geral de Educação e do Centro de Estudos Judiciários. O projeto desenvolve-se em parceria com o Programa Escolhas, o Alto Comissariado para as Minorias, a Associação Sindical dos Juizes Portugueses, a Abreu Advogados, a Universidade do Minho, a Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, a APAV e a Fórum Estudante.

"Justiça para Tod@s " desenrola-se através de ações de sensibilização, divulgação, workshops e jogos de simulação de um caso em Tribunal, dirigidas a jovens.

Objetivos

- Promover valores democráticos por reforço da compreensão do funcionamento do Estado de Direito;
- Reforçar o valor da participação cívica ativa, informada e responsável;
- Criar canais eficientes de aproximação que proporcionem uma comunicação saudável entre jovens cidadãos(os) e o sistema judicial;
- Despertar a consciência para a importância de analisar e compreender vários pontos de vista e promover soluções comprometidas com os Direitos Humanos;
- Permitir a introdução, no conjunto das aprendizagens básicas, a educação para a Justiça e os Direitos Humanos.

Competências a adquirir pelos jovens

- Apurar o sentido da Justiça;
- Valorização da Lei e dos Direitos Humanos e o seu papel nas sociedades democráticas;
- Compreensão do processo legislativo e do papel dos tribunais como órgãos de soberania;
- Compreensão dos dilemas da justiça, do risco de erro e da procura da verdade;
- Capacidade de comunicar as suas ideias, convicções e opiniões sobre a Lei e os Direitos Humanos;
- Desenvolver a capacidade de entendimento quando e como a lei se aplica a factos específicos;
- Desenvolver capacidade de análise de um problema, argumentação e defesa de um ponto de vista;
- Construir consensos sobre deliberação, negociação, compromisso e resolução de conflitos;
- Promover o espírito de participação;
- Criar canais de comunicação entre agentes da justiça e os jovens.

[Saber mais sobre o projeto](#)